

Nota Técnica da Página de Desigualdades do QEdu

Como a página foi construída?

As bases de dados utilizadas na página foram construídas a partir de uma abordagem bottomup, ou seja, partindo do nível mais desagregado para formar estruturas agregadas. Nesse contexto, as bases em nível municipal funcionam como dados primários, que servem de base para as demais agregações - como Unidades Federativas, Brasil e Amazônia Legal. A seguir, são apresentados todos os indicadores contemplados na página.

Dados contextuais do território

População:

As informações sobre a população têm como intuito evidenciar as diferentes composições sociais dos territórios. A página apresenta dados sobre a distribuição de habitantes entre áreas urbanas e rurais, cor/raça e alfabetização, com base no Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), principal fonte de dados que mapeia, com esse nível de detalhamento, as características da população brasileira.

- Distribuição da população

Classificação do território na escala populacional do País. Para os municípios, foram utilizados decis (dez grupos contendo exatamente 10% dos municípios, organizados de forma crescente) e, para os Estados, quintis (cinco grupos contendo exatamente 20% dos estados, organizados de forma crescente). Um município que se encontra no 8° decil, por exemplo, está entre os 30% mais populosos do País porque está dentro de um dos 3 últimos grupos.

Fonte: Censo Demográfico (2022)

- Distribuição da população por área

Proporção da população do território que habita na zona urbana ou na zona rural.

Fonte: Censo Demográfico (2022)

- Divisão da população em relação à cor/raça

Distribuição da população do território pelas categorias de cor/raça, considerando: amarela, branca, indígena, parda e preta.

Fonte: Censo Demográfico (2022)

- Proporção de não alfabetizados

Quantidade de pessoas com 15 anos ou mais não alfabetizadas dividida pela quantidade de habitantes do território na mesma faixa etária.

Fonte: Censo Demográfico (2022)

Renda:

As informações consideradas para mapear renda referem-se ao Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* e ao Programa Bolsa Família.





- Distribuição do PIB per capita

O indicador considera o Produto Interno Bruto (PIB) dividido pela população residente, estimada com base nas informações enviadas ao Tribunal de Contas da União, conforme metodologia do IBGE.

Para os municípios, foram utilizados decis (dez grupos contendo exatamente 10% dos municípios, organizados de forma crescente) e, para os Estados, quintis (cinco grupos contendo exatamente 20% dos estados, organizados de forma crescente). Um município que se encontra no 8° decil, por exemplo, está entre os 30% de maior renda *per capita* do país porque está dentro de um dos 3 últimos grupos.

Fonte: Contas Nacionais (2021)

- Proporção da população que recebe Bolsa Família

Quantidade de beneficiários do programa Bolsa Família dividida pela quantidade de habitantes do território.

Fonte: Censo Demográfico (2022) e Departamento de Benefícios Assistenciais (mai/2025)

Dados educacionais do território

As informações buscam caracterizar os territórios a partir de diferentes dimensões da oferta e dos resultados educacionais. Os dados são provenientes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e incluem aspectos como a distribuição dos estudantes por cor/raça e nível socioeconômico, dados relacionados ao VAAR, formação dos professores e condições de infraestrutura das escolas.

- Distribuição dos estudantes por cor/raça

Distribuição das matrículas de Educação Básica no território segundo as categorias de cor/raça declaradas pelos gestores escolares no Censo Escolar: amarela, branca, indígena, parda e preta. O mesmo dado foi desagregado por diferentes dependências administrativas e por localização. Fonte: Censo Escolar (2024)

- Distribuição dos estudantes por nível socioeconômico (NSE)

Com base no <u>INSE</u> (Indicador de Nível Socioeconômico), elaborado a partir das respostas dos estudantes ao questionário socioeconômico do Saeb 2021 - que considera itens de posse de bens e serviços, além da escolaridade dos pais -, é possível distribuir os estudantes em oito níveis, sendo o nível I o mais baixo e o nível VIII o mais elevado.

Para fins de simplificação, os níveis socioeconômicos foram agrupados da seguinte forma: NSE Baixo (níveis I e II), NSE Médio-Baixo (níveis III e IV), NSE Médio (níveis V e VI) e NSE Alto (níveis VIII e VIII). A partir dessa classificação, foi calculada a proporção de estudantes em cada faixa de NSE em relação ao total de matrículas, com recortes por dependência administrativa e localização.

Fonte: INSE (2021)

- Condicionalidade III do VAAR

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (<u>Fundeb</u>) é composto por recursos provenientes de impostos e transferências constitucionais dos entes federados vinculados à educação, bem como da União, por meio das complementações VAAF, VAAT e VAAR.



A complementação VAAR é destinada às redes de ensino que cumprirem determinadas condicionalidades e apresentarem avanços nos indicadores de aprendizagem e redução das desigualdades. Entre as condicionalidades, destaca-se a <u>Condicionalidade III</u>, que prevê a "redução das desigualdades educacionais socioeconômicas e raciais medidas nos exames nacionais do sistema nacional de avaliação da educação básica". A aferição é feita com base na redução da proporção de estudantes em situação de vulnerabilidade com desempenho abaixo do nível adequado entre os ciclos de 2019 e 2023 do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Para os municípios, a página apresenta a informação sobre a habilitação na Condicionalidade III. Já no caso da Amazônia Legal e do Brasil, é possível visualizar o número de redes habilitadas, incluindo a quantidade daquelas que foram consideradas habilitadas por estarem dentro da margem de erro. Para evitar que variações estatísticas pouco significativas ou erros de medida do Saeb penalizem redes de ensino pequenas ou com poucos estudantes de grupos vulneráveis, o Inep adota margens de erro na análise da variação dos indicadores. Caso o resultado de uma rede esteja dentro dessa margem, mesmo que indique crescimento na proporção de estudantes em situação de vulnerabilidade com desempenho abaixo do nível adequado, ela ainda será considerada habilitada na Condicionalidade III.

O aprendizado adequado, considerado no cálculo da condicionalidade, equivale ao percentual de estudantes que alcançaram o nível adequado no Saeb para cada etapa de ensino e disciplina avaliada, como mostrado abaixo. Os recortes por nível socioeconômico (baixo e alto) e estudantes pretos, pardos e indígenas também seguiram a metodologia adotada pelo Inep no VAAR.

Pontos de corte para aprendizado adequado na escala do Saeb estabelecidos pelo movimento Todos Pela Educação

Ponto de Corte	Língua Portuguesa			Matemática		
	5° EF	9° EF	3°/4° EM	5° EF	9° EF	3°/4° EM
Adequado	> 200	> 275	> 300	> 225	> 300	> 350

Fonte: Indicadores da Complementação VAAR (2025)

- Percentual de professores com formação adequada

Proporção de professores da rede pública de ensino com formação superior em licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que lecionam, considerando anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Adicionalmente, o indicador foi calculado com base em dois recortes: nível socioeconômico e localização das escolas. No primeiro, as escolas de cada território foram classificadas em tercis, segmentadas nos grupos de nível socioeconômico baixo, médio e alto. De acordo com essa segmentação, calculou-se o percentual de professores com formação adequada em cada grupo. É importante destacar que a informação sobre o nível socioeconômico tem como base o INSE (Inep), logo, foram consideradas apenas as escolas com esse dado disponível, obtido a partir dos questionários do Saeb. Além disso, para garantir a consistência dos dados, foram incluídos apenas os municípios com, no mínimo, 12 escolas.







No segundo recorte, analisou-se a proporção de professores com formação adequada conforme a localização das escolas, distinguindo entre áreas urbanas e rurais.

Fonte: Censo Escolar (2024) e INSE (2021)

- Percentual de escolas com infraestrutura básica

Tomando como referência parâmetros já definidos em âmbito nacional - como o <u>Projeto de Lei</u> <u>nº 5.288 de 2019</u>, que entrou em vigor em 20 de maio de 2024 -, foi elaborada uma cesta de itens considerados básicos para o funcionamento das escolas. Entre eles, destacam-se as condições mínimas previstas para as escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio:

Ensino Fundamental: biblioteca e/ou sala de leitura, internet, cozinha, banheiro, energia de rede pública, água potável, tratamento de lixo, acessibilidade e rede de esgoto.

Ensino Médio: além dos itens acima, é considerada também a presença de laboratórios de ciências e/ou de informática.

Da mesma forma que no indicador de formação docente, foram realizados recortes por nível socioeconômico e localização, possibilitando a análise das desigualdades na infraestrutura escolar entre diferentes contextos.

Fonte: Censo Escolar (2024) e INSE (2021)

